



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA**

PARECER Nº 05191/2009 DATA: 30/03/2009.

ICMS. Consulta. Obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica. O contribuinte que efetivamente não realiza as atividades indicadas no RICMS-BA/97 não será obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica no prazo ali estipulado. Interpretação do RICMS-BA/97, art. 231-P, inciso III, alíneas "j" e "p" e § 2º, inciso III.

A consulente, contribuinte acima qualificado, cuja atividade econômica principal é o comércio varejista de mercadorias em geral, CNAE - 4711302, dirige consulta a esta Administração Tributária, nos moldes do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Dec. nº 7.629/99, solicitando orientação no tocante a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica, tendo em vista os fatos a seguir expostos:

Informa o Consulente que atua no comércio varejista de GLP - gás liquefeito de petróleo, possuindo ECF e emitindo Nota Fiscal modelo 1 apenas para a remessa de vasilhames. Alega que, apesar de cadastrado na atividade secundária de comércio atacadista de bebidas, nunca exerceu tal atividade. Diante disso, indaga se estará obrigado a emitir NF-e a partir de 01/04/2009.

RESPOSTA:

Da análise do questionamento apresentado, afigura-se necessário esclarecer, em princípio, que a obrigação acessória de emissão de NF-e, prevista no RICMS-BA/97, art. 231-P, abaixo transcrito, não está vinculada a nenhum código CNAE específico (principal ou secundário) em que o contribuinte esteja cadastrado junto aos órgãos públicos, mas sim com o efetivo exercício da atividade.

"Art. 231-P. Em substituição à emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que exercem as atividades a seguir indicadas ficam obrigados a emitir NF-e nas operações que realizarem (Prot. ICMS 10/07):

(...)

III - a partir de 1º de abril de 2009:

(...)

j) produtores, importadores e distribuidores de GLP - gás liquefeito de petróleo ou de GLGN - gás liquefeito de gás natural, assim definidos e autorizados por órgão federal competente;

(...)

t) atacadistas de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;

(...)

§ 2º A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, prevista no caput não se aplica:

(...)

III - até o dia 31/03/2009, nas hipóteses da alínea "b" do inciso I e das alíneas "q" e "r" do inciso III do caput, às operações praticadas por estabelecimento que tenha como atividade preponderante o comércio atacadista, desde que o valor das operações com cigarros ou bebidas, conforme a hipótese, não tenha ultrapassado 5% (cinco por cento) do valor total das saídas do exercício anterior;"

Da análise do dispositivo, conclusão é no sentido de que, se o Consulente efetivamente não realiza a distribuição de GLP - gás liquefeito de petróleo, nem o comércio atacadista

de bebidas, não será obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica no prazo estipulado no RICMS-BA/97, art. 231-P, inciso III.

Respondido o questionamento apresentado, informamos, por fim, que dentro de 20 (vinte) dias após a ciência da resposta à consulta, a Consulente deverá acatar o entendimento estabelecido na mesma, ajustando-se à orientação recebida e, se for o caso, efetuando o pagamento das quantias porventura devidas.

É o parecer

Parecerista: OZITA DE ANDRADE MASCARENHAS COSTA

GECOT/Gerente: 31/03/2009 – ELIETE TELES DE JESUS SOUZA

DITRI/Diretor: 31/03/2009 - JORGE LUIZ SANTOS GONZAGA